



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Movimentos Sociais e Serviço Social

**Sub-eixo:** Movimentos Sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional

### **DO “PÓS-MODERNO” AO INCONCILIÁVEL: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE**

FILLIPE PERANTONI <sup>1</sup>

**Resumo:** A proposta desta contribuição é entrar, com o cuidado necessário, no debate contemporâneo sobre o estranhamento de alguns movimentos sociais antirracista com partidos e sindicatos, consolidados historicamente como movimentos “clássicos”. Nosso maior objetivo é refletir sobre a importância de fazer um debate fraterno para quem se coloca no mesmo campo de luta anticapitalista e antirracista, conscientes de que somente assim é possível o fortalecimento da luta, absolutamente tranquilos/as em aprender sobre o que não sabemos, mas também preocupados em apresentar elementos questionadores sobre o que tende a nos fragmentar e reforçar exatamente o que combatemos: capitalismo e racismo. Palavras-chave: 1. Movimentos Sociais; 2. Antirracismo; 3. Anticapitalismo.

**Resumen:** El propósito de esta contribución es adentrarse, con el cuidado necesario, en el debate contemporáneo sobre el distanciamiento de algunos movimientos sociales antirracistas con partidos y sindicatos, históricamente consolidados como movimientos “clásicos. Nuestro principal objetivo es reflexionar sobre la importancia de tener un debate fraterno para quienes se sitúan en un mismo campo de lucha anticapitalista y antirracista, conscientes de que sólo así es posible fortalecer la lucha, con absoluta serenidad en aprender sobre lo que no sabemos, pero también preocupada por presentar elementos de cuestionamiento sobre lo que tiende a fragmentarnos y reforzar precisamente lo que combatimos: el capitalismo y el racismo. Palabras clave: 1. Movimientos Sociales; 2. Antirracismo; 3. Anticapitalismo.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Ufrj

## INTRODUÇÃO

Para além de uma hipótese sobre determinado movimento da realidade, nossa intenção neste artigo é abrir um debate fraterno com alguns dos movimentos sociais que lutam pelo fim da opressão de raça, imprescindíveis nas lutas anticapitalistas, mas que, devido à sua heterogeneidade, tem trilhado caminhos de pouco diálogo e isolamento.

Com o cuidado e a necessária atenção aos fundamentos históricos que a discussão exige, gostaríamos de quebrar o tabu de realizar essa interlocução na polêmica, amplamente abertos aos contrapontos, e com o objetivo prioritário de buscar um caminho comum que nos unifique contra o principal inimigo do tempo presente: o desenfreado avanço capitalista no extermínio de populações e destruição deste mundo.

Acreditamos que nenhuma opressão será superada nos marcos deste modo de produção, embora, também é importante reconhecer que, diversas outras opressões, e aqui destacamos a opressão de raça, não serão automaticamente extirpadas com o fim da exploração de classe.

Assim como a ampla maioria dos movimentos antirracistas, nos parece ser uma posição irracional desconsiderar a luta anticapitalista apartada da luta antirracista, da mesma forma que não é possível combater o racismo sem um enfrentamento sistemático ao predatório modo de produção capitalista.

Clamar por uma “identidade branca” ou ostentar uma identidade nacional contra não brancos e imigrantes é um clássico da direita, especialmente em tempos de crise do capitalismo, que, de liberal universalista, rapidamente pode virar a chave para o fascismo. Mas uma “identidade negra” desconectada das estruturas sociais também pode ser conservadora ou reacionária e servir aos propósitos de reprodução do capitalismo, que historicamente tem se mostrado capaz de metabolizar o racismo e transformá-lo em aspirações de consumo e de poder. Ao fim e ao cabo, a política identitária, especialmente em tempos neoliberais, é um fator importante para que a divisão social e a atomização que marcam o capitalismo continuem a acontecer. (ALMEIDA, 2019, p.13-14)

Neste sentido, desde já nos colocamos no campo do pensamento que entende que para superarmos o sistema capitalista é imprescindível que se tenha uma ampla

unidade entre trabalhadores e trabalhadoras, nas suas mais diversas expressões (negros, negras, LGBTQIA+, povos originários, jovens, idosos, idosas, deficientes, etc.) e opressões.

Da mesma forma, acreditamos que para derrotar o racismo, a luta antirracista deve igualmente ser ampla, possuindo como elemento de unidade o ódio ao racismo e a intencionalidade de sua erradicação desta sociedade, num movimento que deveria unificar todos e todas que repudiam as múltiplas violências oriundas através da raça dos sujeitos.

Todavia, nesse debate partimos do determinado princípio de que enquanto houver capitalismo vai haver racismo e, somente sem capitalismo é que teremos condições mais favoráveis para extirparmos o racismo.

Partindo destes pressupostos, convidamos o/a leitor/leitora a refletir sobre a importância de fazer um debate fraterno para quem se coloca no mesmo campo de luta anticapitalista e antirracista, conscientes de que somente assim é possível o fortalecimento da luta, absolutamente tranquilos/as em aprender sobre o que não sabemos, mas também preocupados em apresentar elementos questionadores sobre o que tende a nos fragmentar e reforçar exatamente o que combatemos: capitalismo e racismo.

## **I – A gênese do bizarro: crise do moderno e o irracionalismo do “pós-moderno”**

Com expressões mais marcantes nas últimas décadas do século XX, principalmente com Lyotard<sup>2</sup>, no final da década de 70, iniciou-se uma ampla indagação advinda dos mais diversos campos político ideológicos, se consistindo numa ideia de crise de paradigmas nas Ciências Sociais. Seria uma crise teórica sem precedentes, que colocava em questionamento os sistemas teóricos numa perspectiva de que eles não eram mais capazes de decifrar e interpretar os fenômenos sociais na contemporaneidade.

Estariamos vivendo o fim da "*Era Moderna*", sendo sucedida pelo período

---

2 A obra de referência de Jean-François Lyotard neste debate é "*A Condição Pós-Moderna*".

"Pós-Moderno", caracterizado pela perda de relevância da cultura ocidental, juntamente com as expectativas históricas que com ela se arraigavam.

Visto o engodo da crítica, nos parece importante retomar alguns aspectos da Modernidade para compreender a intencionalidade do que se propõe a ser o "pós". Nesse sentido, segundo Netto (2000)<sup>3</sup>, a Modernidade é o projeto sócio cultural da ilustração, um projeto unitário e não identitário, que compreende o mundo pelo viés racional e científico. Conhecer o mundo por este viés era necessário para melhor controlá-lo, sendo uma forma de otimizar o conhecimento para a reprodução da vida social, racionalizando o intercâmbio entre sociedade e natureza, colocando-se em posição de antagonismo aos ilustrados das posições mágicas, religiosas e dos rituais.

Seria, a partir de um pensamento racional, que se poderia organizar racionalmente a sociedade, numa forma de organização social que garantisse a autonomia dos seres sociais singulares. Pode-se caracterizar o programa da ilustração em duas dimensões: 1) manipuladora, instrumental, de controle, sendo necessário o controle da natureza (ilustrados); e 2) um bom controle da natureza, o conhecimento da legalidade da sociedade e sua organização racional, de modo a garantir autonomia e liberdade para seus membros (revolucionários).

O que diferenciava estas duas vertentes era a dimensão da *razão*, entendida aqui como um conjunto de legalidades objetivas que, pela pesquisa, os homens reproduziriam intelectivamente. Aqui temos um primeiro aspecto, apontado pela crítica "*pós-moderna*", de que a razão moderna prometeu um conhecimento sobre a natureza, um controle racional, que não houve, como pode-se perceber na caótica relação que possuímos com o meio ambiente, fruto de algumas décadas de destruição, que nos apresenta indícios bastante relevantes de que caminhamos atualmente para a barbárie socioambiental.

Outro aspecto é referente ao projeto emancipatório, visto que também não se concretizou a promessa da modernidade sobre os indivíduos autônomos e emancipados. O que se percebe é uma valorização da autonomia individual,

---

3 Nossa referência advém da Palestra "Modernidade e Pós-Modernidade", ministrada por José Paulo Netto, em evento organizado pelo Núcleo de Estudos em Sociologia do Trabalho (NEST) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no início dos anos 2000.

presente nos mecanismos de controle da consciência, na ditadura do consumo, dentre outras.

Com base neste cenário, emerge o pensamento “*pós-moderno*” questionando a viabilidade dos anseios da modernidade, uma vez que: ou as propostas eram mistificadoras na sua própria gênese, anunciando algo que seria impossível de se realizar; ou esse programa entrou em colapso e já não tem mais vigência.

A afirmação “*pós-moderna*” parte do entendimento de que: ou o projeto emancipatório moderno é mentiroso, ou ele é ineficiente.

Envolto sobre essa ablepsia teórica, são dois os caminhos que se colocam. O primeiro considera que para os “*pós-modernos*” que entendiam o programa da modernidade como falacioso desde a sua gênese, a história chegou ao fim e a sociabilidade capitalista deve ser naturalizada como a que prevalece na organização da sociedade, não havendo espaço para uma sociedade radicalmente diferente disso. O que era uma utopia revelou-se como mentiroso, num profundo imobilismo sócio-político. Esta forma de pensar *alinha esta vertente pós-moderna às políticas sociais darwinistas, tais como as neoliberais, em que os mais fortes prevalecem.*

O segundo pressupõe que para os “*pós-modernos*” que entendem que a modernidade não era, desde sua gênese, falaciosa, mas que teve validade durante um determinado tempo, há um colapso atualmente na execução do programa moderno. Não se trata de abandonar as promessas da modernidade, entretanto, deve-se pensar em novas formas para otimizar isso.

Essa divisão entre as duas vertentes separa os “*pós-modernos*” que estão satisfeitos com o que há, imobilistas, dos que querem pensar uma sociabilidade, com o olhar “*pós-moderno*”, menos bárbara<sup>4</sup>. Importante que se diga que em ambas as correntes “*pós-modernas*” o grande culpado chama-se a *razão moderna*, que passa a responder por todos os problemas do mundo moderno.

Considerando a argumentação que compreende ambos os campos “*pós-modernos*”, nos parece evidente que o problema não está na *razão moderna*, e sim no *desenvolvimento capitalista*, com toda sua amplitude, expressões e

---

4 Uma abordagem que referencia este entendimento de que existem “Pós-Modernos” de dois tipos pode ser encontrada na obra “*A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício de experiência*” (SANTOS, 2001).

determinações. Nesse sentido, Evangelista (2001, p.30) explicita que

[...] os problemas e as contradições da moderna sociedade burguesa são atribuídos à modernidade e tratados como se não tivessem nenhuma relação com a sua lógica capitalista. Assim, pode-se perfeitamente propor a "superação" da modernidade sem quaisquer rupturas com a ordem social burguesa e abre-se o caminho para a veiculação de um pensamento "transgressor" que não questiona seriamente a vigência globalizada da lógica do capital, mas, ao contrário, parece-lhe altamente funcional.

A essência do debate não é sobre o colapso da modernidade, e sim sobre o processo de uma construção ideológica nova, que visa a pulverização e atomização das categorias que conformam o fenômeno, não sendo necessário analisar sua essência, sendo suficiente a sua aparência, definida por olhares. A síntese que esperam chegar é de que não há necessidade de Teoria Social, basta descrever o fenômeno, sem a necessidade de analisá-lo.

## **II – No vácuo do “pós-moderno”: os impactos políticos do argumento**

Como estamos convencidos de que *o que se chama “pós-moderno” não é nada além de determinações capitalistas do nosso tempo*, que visam mais confundir e desorganizar do que alinhar teorias sociais que expliquem a realidade, percebemos que há ainda uma forte crítica ao entendimento sobre causalidade, numa falsa compreensão de que esta categoria seria incapaz de apreender a vida social contemporânea, além dos novos fenômenos sociais. A recusa da causalidade implica num fator muito importante, à negação da noção de história. A história (recusada) não se refere apenas a ausência de alternativas ao capitalismo, mas também tendências e perspectivas em que o passado é tomado como uma vasta coleção de imagens aleatórias, que são combinadas de múltiplas formas a partir do presente.

A aversão a qualquer concepção de história objetiva, material, concreta, de homens e mulheres num mundo real, movido pelos processos econômicos,

sociais, políticos, culturais, dentre outros, com objetividade e materialidade próprias, tem levado os pós-modernos e, principalmente, os pós-estruturalistas a recusarem a noção de história dos modernos, considerada teleologia ou pré-determinação. (ALMEIDA, 2003, p.13)

Nesse contexto, Evangelista (2001, p.32) ainda acrescenta que,

[...] essa "presentificação" do passado e do futuro funda um discurso "esquizofrênico" sobre a história. Assim, não por acaso, no pós-modernismo, as categorias espaciais substituem as categorias temporais, cuja dominância são uma das maiores características do modernismo. Surge, também, uma nova experiência do espaço, em que a configuração de um hiperespaço, com a constituição de redes mundiais de comunicação, possibilitadas pela descoberta e difusão das novas tecnologias informacionais, transcende a anterior capacidade de localização pelo indivíduo e torna evidentes as dificuldades de representação do real pelas atuais categorias mentais. Isso terá como rebatimento estético o desaparecimento do sujeito como produtor artístico-cultural autêntico e original e o fim da busca por um estilo pessoal. Emerge, enfim, uma nova sensibilidade, marcada pela intensidade emocional, que celebra o advento do pastiche – colagem de estilos passados – como nova solução estética descompromissada com qualquer perspectiva de crítica radical e de transformação da ordem societária.

Desse modo, a "*pós-modernidade*" nega a existência de estruturas e conexões estruturais, assim como a própria possibilidade de análise "causal". Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências, logo, percebe-se que "não há sistema social - como, por exemplo, o sistema capitalista - com unidade sistêmica e 'leis dinâmicas' próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e discurso" (WOOD, 1992, p.14).

Compreende-se, portanto, a história como eventos perdidos, despida de seus vínculos e processos. Para os "*pós-modernos*", o discurso é o único elemento constitutivo das relações sociais, não existindo realidade fora do contexto da narrativa, logo, a linguagem é tudo o que podemos conhecer.

Ainda sobre essa discussão, percebe-se um paradoxo importante. Negando a história, baseiam-se num determinado pessimismo político. Sem histórias ou sistemas combinados a uma análise causal, evidentemente não podemos concluir sobre a origem de muitos poderes que nos oprimem, assim como não podemos pensar em uma oposição unificada, emancipação humana em geral, contestação do capitalismo, dentre outros elementos que fazem parte do ideário socialista.

Este cenário abre uma perspectiva extremamente complexa e impõe novas

formulações para os movimentos que tentam caminhar num sentido anticapitalista comum. É importante reconhecer que as lutas políticas atuais estão ocorrendo muito mais vinculadas às questões de gênero, étnicas, sexuais, ecológicas, etc., se constituindo, majoritariamente, através de uma perspectiva fragmentada e não classista. O ponto preocupante desta situação, ocorre quando estes movimentos questionam, ou até mesmo combatem, sindicatos e partidos, que, por princípio, sempre buscaram unificar as lutas sociais num objetivo comum através de uma pauta classista.

O rechaço aos “movimentos clássicos”, e aqui pensamos em sindicatos e partidos, deve ser apreendido sob um necessário balanço histórico. Durante muitos anos, os “movimentos clássicos”, não só ignoraram, como também reproduziram muitas das opressões que hoje contribuem na fragmentação do cenário político. Considerando o classismo como única e principal opressão universalizante, era comum a reprodução, no interior destas organizações, de machismo, racismo e homofobia. Sobre isso, acreditamos que:

[...] o conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora não se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias; as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade. (ALMEIDA, 2019, p. 97).

A não interlocução dos “movimentos clássicos” com estes elementos viscerais da própria classe, acabou contribuindo para o surgimento de alguns movimentos que, da mesma forma, passaram a repudiar universalidades e a reforçar a fragmentação. Neste aspecto, acreditamos haver equívocos graves de ambos os lados. Do erro histórico dos sindicatos e partidos em não compreenderem a classe em todas as suas especificidades, mas também dos movimentos que desconsideram a importância dessas organizações políticas históricas nas grandes



conquistas da classe trabalhadora, e ainda, na unidade para a luta anticapitalista.

Um preciso entendimento sobre classismo deve compreender que,

[...] as classes quando materialmente consideradas também são compostas de mulheres, pessoas negras, indígenas, gays, imigrantes, pessoas com deficiência, que não podem ser definidas tão somente pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção. [...] Para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, dirigir o olhar para a situação real das minorias. (ALMEIDA, 2019, p. 97-98)

Alinhados a este eixo de pensamento, é importante desconstruir uma mistificação nociva aos movimentos sociais. Nos parece que há um equívoco quando alguns movimentos hierarquizam opressões, gerando uma disputa, absolutamente desnecessária, entre todos/as que são oprimidos/as. Nesse momento, a polêmica, - necessária para o crescimento das organizações, quando realizada de forma honesta e no campo da solidariedade de classe -, se transforma em sectarismos irreconciliáveis, gerando extremismos e irracionalismos que nada mais fazem do que minar a luta anticapitalista e a necessária unidade contra este modo de produção predatório.

A negação de uma resistência unificada e horizontalizada, e o conseqüente crescimento de disputas fratricidas intraclasse, favorecem os maiores inimigos contemporâneos da classe trabalhadora, qual seja, o capitalismo e o neoconservadorismo, que, atentos ao movimento irracional de ambos os lados, se fortalecem nesta contradição e se reorganizam sob novas expressões.

### **III – Antirracismo classista, antirracismo sectário não classista e classismo racista: aspectos da crise política à brasileira**

De antemão gostaríamos de elucidar que, de forma alguma, entendemos ser específico do Brasil o contexto da crise política, em que os caminhos dos movimentos sociais é permeado por contradições e conflitos. Nos chama a atenção a dificuldade para se estabelecer um eixo comum entre movimentos que caminham de maneiras tão diferentes. Considerando que ainda há nos movimentos sociais

clássicos, tais como partidos e sindicatos, um racismo velado, acreditamos haver também um constrangimento geral em reconhecer isso publicamente. Nenhum partido ou sindicato do campo anticapitalista se assume racista, muito embora tenham dificuldades em aplicar políticas realmente antirracista na maioria das vezes. Sabemos que isso é grave, mas felizmente tem se tornado cada vez mais comum o diálogo formativo/educativo com movimentos antirracistas classistas, o que tem permitido aos poucos uma reaproximação entre estas pautas. Não sem cicatrizes, não sem dificuldades, no entanto permeado com o argumento mais forte para que a unidade aconteça, que é destruir o modo de produção capitalista e o racismo.

Entretanto, gostaríamos de nos atentar para um outro movimento que vem ganhando força, identificados por nós como um movimento antirracista sectário não classista. No seu programa, a luta contra o racismo combinada a ataques sistemáticos a partidos e sindicatos, mas não só. Ataques também aos movimentos que tenham brancos/brancas em suas fileiras, sejam eles/elas filhos/filhas da classe trabalhadora ou não.

Sabemos que esse é um fenômeno mundial, mas gostaríamos de contribuir no debate sobre o caso brasileiro, sobretudo nesta conjuntura neoconservadora<sup>5</sup>.

Longe de fechar a discussão, nossa intenção é apenas iniciá-la, sobretudo sabendo o tabu existente quando se toca nesse temário, uma vez que

[...] hoje em dia com frequência os pensadores e militantes de esquerda radical ficam relutantes em criticar até mesmo a mais elitista das expressões da ideologia racial, por receio de que pareça estar deslegitimando qualquer movimento contra o racismo e o sexismo. (HAIDER, 2019, p.46)

Com o devido cuidado que a questão exige, acreditamos que um dos principais aspectos da crise de representatividade política vivida no Brasil, expressa nas severas dificuldades de partidos e sindicatos (movimentos classistas) em agregar trabalhadores/as, advém do seguinte cenário:

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora não se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente

---

5 Para maiores definições sobre o neoconservadorismo, recomendamos o livro organizado por Gallego (2019), *“O ódio como política: reinvenções da direita no Brasil”*.

capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias; as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 97).

Acreditamos que a afirmação de Almeida (2019) é incisiva quando nos mostra a necessidade de se ampliar o olhar sobre a classe trabalhadora na sua diversidade. Esses são elementos importantes na reflexão da crise política atual, pois reforça as lacunas que historicamente foram preteridas pelos partidos e sindicatos e que, nesse momento, são cobradas quando se pensa em formas universais de organização da classe trabalhadora. No correr da história, pouco se viu, nos movimentos classistas, sobre políticas sérias e realmente inclusivas considerando gênero, raça, etnia e religiosidade, aspectos importantes que conformam a heterogeneidade da classe trabalhadora. Via de regra, estes espaços, sobretudo de direções de movimentos e núcleos de formulação de políticas, sempre foram conformados pelo militante homem, branco, de meia idade, heterossexual, com piadas homofóbicas e racistas, e machista nas relações afetivas.

Com o passar dos anos, e ocorrendo apenas na história recente, muitas destas organizações, percebendo o absurdo do erro e a necessidade de se reaver com segmentos importantes da classe trabalhadora, começaram a mudar sua política, tentando, não só acolher, mas também inserir os até então “excluídos”, nas direções do movimento.

Entretanto, ainda há um erro comum nessa tentativa de “inclusão”:

[...] por mais importante que seja, a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou sexismo estão sendo ou foram eliminados. Na melhor das hipóteses, significa que a luta antirracista e antissexista está produzindo resultados no plano concreto, e na pior, que a discriminação está tomando novas formas. A representatividade, insistimos, não é necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade. A representatividade é sempre institucional e não estrutural, de tal sorte que quando exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 111-112)

Esta síntese nos mostra que a simples inserção de segmentos oprimidos/as nas direções dos mediadores universalizantes não é suficiente. O necessário é que isso

contribua para uma política interna forte, que combata toda e qualquer ação com características opressoras, alterando a estrutura orgânica da organização e, sempre que possível, fazendo reparações históricas.

Primeiro, porque a pessoa alçada à posição de destaque não pode ser um representante, no sentido de vocalizar as demandas por igualdade do grupo racial ou sexual ao qual pertença. Este ponto, aliás, encerra uma grande contradição no que se refere aos efeitos do racismo, muito bem apontada pelo filósofo Cornel West: cultiva-se a falsa ideia de que membros de minorias pensam em bloco e que não podem divergir em si. Isso é conveniente para os racistas, porque, sem a possibilidade do conflito, cria-se um ambiente de constrangimento todas as vezes que negros demonstram divergir com medidas tomadas por uma instituição de maioria branca. A representatividade nesse caso tem efeito de bloquear posições contrárias ao interesse do poder instituído e impedir que as minorias evoluam politicamente, algo que só é possível com o exercício da crítica. Em segundo, porque, mesmo havendo o compromisso político do representante com o grupo racial ou sexual a qual pertença, isso não implica que ele terá o poder necessário para alterar as estruturas políticas e econômicas que servem do racismo e do sexismo para reproduzir as desigualdades" (ALMEIDA, 2019, p. 112-113)

Pensar na importância da inserção de pautas específicas nos mediadores universais, mais do que uma necessidade, é uma obrigação. São aspectos intrínsecos e constitutivos de uma mesma simbiose para pensar um mundo anticapitalista. Almeida (2019) demonstra isso na argumentação sobre o racismo:

A questão racial não é uma questão secundária se considerarmos o desenvolvimento do capitalismo que historicamente esteve atrelado a práticas coloniais. O racismo não é apenas um problema moral. O racismo é um problema político, mais especificamente, de economia política, uma vez que se materializa como uma tecnologia que reproduz desigualdade e justifica a morte e a manutenção de privilégios" (ALMEIDA; SILVA, 2019, p. 132)

Entendemos que o caminho da reconciliação histórica entre partidos e sindicatos, as maiores expressões do movimento classista, com os movimentos antirracistas classistas, deve ser recíproco e sincero, pois somente com o fortalecimento dessa unidade é que será possível enfrentar o capitalismo predatório contemporâneo. O risco aqui, e é sobre isso que gostaríamos de dar uma atenção especial, pois vem sendo uma tendência, e também é uma das nossas hipóteses, é de que está ocorrendo uma disputa intraclasse, em que os movimentos clássicos, como partidos e sindicatos, estão sendo atacados (e acabam também atacando), por movimentos antirracistas sectários não classistas. Com o argumento principal de hierarquizar o racismo como a maior de todas as opressões, não se dão conta de que ela não é a

única e nem necessariamente a que mais oprime. Na batuta deste argumento, nenhum movimento social, que não negro, seria relevante nos embates políticos do tempo presente.

De antemão já ponderamos que esta perspectiva, para além de um estranhamento entre os movimentos de resistência, acaba também enfraquecendo ambos os lados, deixando o capital seguir seu fluxo exploratório sem a unidade das resistências organizadas.

Sobre isso, o exemplo da política estadunidense pode nos ajudar a apresentar a hipótese. Aqui entendemos, partindo do argumento de Haider (2019), como as lutas identitárias<sup>6</sup> não podem se prender a traços específicos. A insistência nessa posição pode levar a derrotas históricas, que podem ser até mais duras para os movimentos identitários.

O que começou como uma promessa de superar algumas limitações do socialismo, de modo a construir uma política socialista mais rica, mais diversa e inclusiva, terminou sendo aproveitado por aqueles com uma política diametralmente oposta àquelas do Combahee River. O exemplo mais recente e mais marcante foi a campanha presidencial de Hillary Clinton, a qual adotou a linguagem da “interseccionalidade” e do “privilégio” e usou a política identitária para combater o surgimento de uma opção de esquerda no Partido Democrata, em torno de Bernie Sanders. Os apoiadores de Sanders foram condenados como “manos do Bernie”, apesar de haver amplo apoio entre as mulheres. Eles foram acusados de negligenciar as preocupações dos negros, apesar do efeito devastador para muitos negros americanos do comprometimento da corrente dominante do Partido Democrata com as políticas neoliberais. (HAIDER, 2019, p. 34)

E continua:

[...] essa era claramente a situação em que estávamos nos metendo nos Estados Unidos, enquanto liberais otimistas celebravam a substituição de movimentos de massa, distúrbios e células armadas por um plácido multiculturalismo. Ao longe de várias décadas, o legado dos movimentos antirracistas foi canalizado para o progresso de indivíduos como o Barack Obama e o Bill Cosby, que iriam liderar o ataque contra movimentos sociais e comunidades marginalizadas. (HAIDER, 2019, p. 44)

As experimentações estadunidenses contribuem para reflexões importantes: nem todo negro é antirracista, nem toda mulher é feminista, assim como nem toda pessoa LGBTQIA+ é contra a homofobia. *As pautas emancipatórios devem ser*

---

6 Entendemos que o termo identitário não é o mais apropriado, preferimos utilizar o termo de movimento social antirracista, pensando especificamente neste movimento. Destacamos também as ressalvas feitas a esta conceituação por Virgínia Fontes, em vídeo gravado para o Canal da editora Boitempo em outubro de 2021, assim como em entrevista de Alysson Mascaro gravada para o Canal da TV247 em 2020.

*tarefa de todos/as que pensam em construir um novo mundo sem opressões, mas também podem ser uma armadilha neoconservadora caso as arestas do “específico” não sejam aparadas.*

A identidade, demonstra-nos Haider com os exemplos dos revolucionários como as feministas negras do Combahee River, Malcom X e os Panteras Negras, não é a armadilha em si. A armadilha antirrevolucionária apresenta-se quando a política se reduz à afirmação de identidades específicas. (ALMEIDA, 2019, p. 12)

Entendemos ser um grande problema para os movimentos sociais anticapitalistas esse tipo de disputa intraclasse. Antirracismo e anticapitalismo devem ser lutas conjuntas, cujo objetivo comum é a emancipação da classe trabalhadora em todas as suas opressões, seja ela de classe, de raça, de gênero, orientação sexual, etc. O antirracismo sectário não classista, como já apontamos anteriormente, hierarquiza um segmento específico como o mais explorado (muitas vezes entendido como o único explorado), e abre espaço para um neoconservadorismo de novo tipo, em que movimentos classistas são combatidos por movimentos identitários específicos (nos termos de Haider), - como se já não fosse suficiente a criminalização aos movimentos sociais imposta pelas conjunturas dos aparatos geridos pela onda conservadora -, numa guerra inútil em que o único ganhador é o sistema capitalista.

#### **IV – Apontamentos finais**

Como já ressaltamos, esse é um debate permeado por polêmicas e está é apenas uma contribuição inicial ao tema.

O caminho que apontamos aqui é o da absoluta necessidade de que movimentos classistas e movimentos antirracistas caminhem juntos, numa pauta ampla contra o capital nessa conjuntura neoconservadora.

Nesse caminhar coletivo, é fundamental perceber a força que o movimento antirracista carrega no tempo presente, sendo um pilar fundamental na luta anticapitalista.

Nessa altura da história americana, quando o movimento dos trabalhadores está em declínio, o movimento negro está em ascensão. O fato é que, desde 1955, o desenvolvimento e o dinamismo da luta dos negros têm feito deles a força revolucionária que domina a cena americana... O objetivo de uma sociedade sem

classes é exatamente o que esteve e que está hoje no coração da luta dos negros. São os negros que representam a luta revolucionária por uma sociedade sem classes. (HAIDER, 2019, p. 41)

Entretanto, reforçamos mais uma vez, *o identitário preso ao específico não traz avanços e, pelo contrário, faz o jogo do inimigo de classe.*

A transformação mais significativa na vida dos negros nos últimos cinquenta anos foi o surgimento de uma elite negra, fortalecida pela classe política negra, que tem sido responsável por administrar cortes e impor orçamentos escassos nas costas dos eleitores negros. (HAIDER, 2019, p. 44)

É importante aqui pontuar a crítica para que o amadurecimento seja coletivo.

Na academia e nos movimentos sociais, nenhuma contestação séria surgiu contra a cooptação do legado antirracista. Intelectuais e ativistas permitiram que a política fosse reduzida ao policiamento da nossa linguagem, à questionável satisfação de provocar culpa nos brancos, enquanto as estruturas institucionais de opressão racial e econômica permanecem. (HAIDER, 2019, p.45-46)

Partindo desta premissa, nosso alerta vai no sentido de que alguns grupos, identificados com este campo antirracista sectário não classista, *assumidamente ou não*, acabam por fazer a “política do constrangimento”, desqualificando militantes e organizações, não por suas posições teóricas ou entendimentos de realidade, mas pela condição de gênero, raça e etnia.

Acreditamos que, na atual conjuntura de crise política e ascenso neoconservador, nada mais funcional a este sistema do que reforçar o estranhamento entre militantes e organizações que poderiam se unificar numa pauta universalizante.

Sem correr o risco de cometer generalizações, o debate no campo da teoria social crítica deveria ser o de instrumentalizar os mediadores universalizantes e não o de eliminar da trincheira das lutas sociais as organizações clássicas.

Longe de reduzir a importância da vivência acumulada de segmentos sociais explorados para além da condição de classe trabalhadora, todavia, nos parece mais tático, vislumbrando a luta anticapilista, a unidade na refuncionalização dos mediador universal das lutas sociais, num caminhar coletivo, horizontal, heterogêneo, fraterno e, principalmente, anticapitalista.

Na contramão de uma “política de constrangimento”, muito mais propositivo contra

este sistema seria incorporar, em partidos e sindicatos, cursos de formação, secretarias específicas, direção compartilhada, trabalho de base em territórios específicos e, fundamentalmente, um balanço político em que seja reconhecida a lacuna histórica no não tratamento adequado destas pautas.

A própria classe trabalhadora precisa aprender sobre relações de opressão intraclasse, não sem tensões, mas com a responsabilidade histórica de construir com os irmãos de classe a ferramenta de luta responsável por destruir o “velho mundo” e pensar num mundo sem opressões.

Se com o fim do capitalismo não é garantido o fim de todas as opressões, no capitalismo, sobretudo durante as crises, as opressões tendem a se acentuar para violências ainda mais brutais.

Para a resistência da classe trabalhadora é fundamental a organização de um movimento contra-hegemônico e, para isso, a disposição para educar o conjunto da vanguarda militante nesse momento é imprescindível. Ao capitalismo, nada interessa mais do que uma guerra intraclasse, pulverizando lutas totalizantes e perdendo do horizonte a macropolítica, enquanto as políticas de estado garantem a alta lucratividade do grande capital às custas do sangue dos/as trabalhadores/as em toda sua heterogeneidade.

Somos socialistas porque acreditamos que o trabalho deve ser organizado para o bem coletivo daqueles que fazem o trabalho e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que criam esses recursos. Porém não estamos convencidas de que uma revolução socialista que não seja também uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação. (HAIDER, 2019, p.32)

Assim, fica nesta contribuição o nosso apelo contra os sectarismos que só servem aos nossos inimigos de classe. Sabemos que o momento é de profunda resignificação do mediador universal, algo impossível sem a intrínseca participação de todos os movimentos sociais. Acreditamos que esta ferramenta organizativa ainda apresenta enorme potencial para organizar o grande exército da classe trabalhadora. *A velha toupeira* continua incessantemente o seu trabalho por debaixo da terra. Cabe a nós a escolha em sermos a água que amolece o solo ou o concreto que inutiliza os caminhos subterrâneos.



## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. Modernidade e Pós-Modernidade: Crise e Conservadorismo. In: **Libertas** / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v.2, n. 2 jul/dez/2002 – v.3, n. 1 e n. 2 jan/dez/2003. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

ALMEIDA, Silvio Luiz de; SANTOS, Júlio César Silva. Crise, racismo e neoliberalismo. In: SOUZA, Edvânia Â. de; Silva, Maria Liduína de Oliveira e (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a Autofagia do Capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

\_\_\_\_\_. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; DE MELO, Tarso (Orgs.). **Para a crítica do Direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015.

EVANGELISTA, João E. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FONTES, Virgínia. **O QUE É IDENTITARISMO BURGUEZ?** 21 de outubro de 2021. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=5YwBBRN\\_mL8](https://www.youtube.com/watch?v=5YwBBRN_mL8)>.

GALLEGO, Esther S. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2019.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998

MASCARO, Alysson. **Alysson Mascaro: “identitarismo” ou luta de classes?** 08 de dezembro de 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=dgvoqJWWk8I> >.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. O Que é a Agenda “Pós-Moderna”? In **Em Defesa da História: Marxismo e “Pós-Modernismo”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1992.